

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. JOSE MARIO SCHREINER)

Requer informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, no sentido de esclarecer esta Casa a situação das barragens localizadas no estado de Goiás e da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens no Estado.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e alterou a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

Segundo essa lei, o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) foi instituído para registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional. Esse sistema compreende um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, devendo contemplar barragens em

construção, em operação e desativadas. Os princípios básicos para o funcionamento do SNISB são:

1. Descentralização da obtenção e produção de dados e informações;
2. Coordenação unificada do sistema; e
3. Acesso a dados e informações garantido a toda a sociedade.

Essa política também estabelece que a Agência Nacional de Águas (ANA), atualmente vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Regional, é a responsável por organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens; coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens; e receber denúncias dos demais órgãos ou entidades fiscalizadores sobre qualquer não conformidade que implique em risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens¹.

Segundo sítio da Agência, no estado de Goiás, há 207 barragens cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB. Com relação ao risco dessas barragens, 4 delas são classificadas como de alto risco, 3 como de médio e 200 não foram classificadas. Apesar do sistema apresentar esses dados, não são apresentadas informações detalhadas da situação de cada barragem e da execução do Política Nacional de Segurança de Barragens nesse estado.

A falta de informações detalhadas no site da ANA aumenta a vulnerabilidade das populações próximas as barragens por falta de conhecimento de informações básicas, como por exemplo das medidas a serem tomadas em caso de uma ruptura. Além disso, a falta do detalhamento desse tipo de informação e de informações referentes a execução da Política

¹ Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/panorama-das-aguas/barragens>. Acesso em: 13.mar.2019.

Nacional de Segurança de Barragens impede que a Câmara dos Deputados possa fiscalizar, de forma aprofundada, a execução dessa política.

Estas as razões pela qual solicito as informações elencadas neste requerimento ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado JOSE MARIO SCHREINER